

Célio Azevedo



INDIGNAÇÃO Tuma lamenta que mendigos, ao invés de amparados, sejam eliminados

Tuma cobra rigor com matadores de mendigos

"É uma coisa profundamente amarga", disse ontem o senador Romeu Tuma, registrando 16 agressões, a pauladas, a moradores de rua da capital de São Paulo. Ao defender o enquadramento dos assassinos dos mendigos por crime hediondo, Tuma disse que chegou a hora de o Congresso reagir e exigir das autoridades o rigoroso cumprimento da lei. Ele afirmou que há pistas dos assassinos.

Página 6

Mesquita Júnior defende revisão do Estatuto do Desarmamento

As famílias de extrativistas e agricultores da Amazônia estão alarmadas com a legislação que estabelece regras para o porte de armas no país, afirmou ontem Mesquita Júnior. Ele quer rever critérios do Estatuto do Desarmamento.

Página 6

Senado aprova duas medidas provisórias

Mercadante anuncia para setembro votação das mudanças na Lei de Informática, com a manutenção do texto básico que veio da Câmara. Problemas serão resolvidos por subcomissão

Duas medidas provisórias que instituem auxílio emergencial financeiro para socorrer vítimas de calamidades públicas foram aprovadas ontem pelo Senado. A primeira estabelece os procedimentos e as condições para a ajuda, enquanto a segunda abre crédito para o Ministério da Integração Nacional atender pessoas atingidas por estiagem em quatro estados.

Páginas 3 e 4

Célio Azevedo



ENTENDIMENTO Oposicionistas e governistas discutem no Plenário as duas MPs, aprovadas depois do acordo de líderes

J. Freitas



REAÇÃO Jefferson quer saber se a cautela e a paciência do Brasil são adequadas para a crise

Comissão quer discutir protecionismo argentino

Medidas protecionistas adotadas pela Argentina contra produtos brasileiros, como cotas de importação e elevação de alíquotas, serão discutidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Audiência pública com representantes de entidades empresariais e do Ministério das Relações Exteriores, proposta pelo senador Jefferson Péres, foi aprovada pela comissão.

Página 8

Suplicy e Ideli fazem apelo para votar logo projeto das PPPs

Eduardo Suplicy considera superados entraves que estariam impedindo a oposição de votar as parcerias público-privadas (PPPs). A líder do PT, Ideli Salvatti, afirma que obras de infraestrutura podem ser aceleradas com as PPPs.

Página 5



REALIDADE Mozarildo conta que apresentou projeto autorizando a criação da universidade, em 1983

Mozarildo destaca aniversário de universidade

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou o 15º aniversário da Universidade Federal de Roraima que, durante esse período, já graduou 3.155 médicos, administradores e contadores. Ele anunciou que hoje a instituição estará formando mais 169 profissionais.

Segundo Mozarildo, quando apresentou projeto de lei, em 1983, como deputado federal, autorizando a criação de uma universidade no então Território Federal de Roraima, muitos não acreditaram que isso se tornaria realidade.

Ele fez apelo ao ministro da Educação, Tarso Genro, para que aprove dotações proporcionalmente maiores para a universidade de Roraima do que para as instituições dos grandes centros, por entender que o equilíbrio regional somente se fará desse modo, com mais recursos para os estados pobres.

Mozarildo também pediu ao ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, que promova convênios com a universidade de Roraima. O senador disse que gostaria de ver Boa Vista se transformando numa cidade universitária.

■ Comissão quer ouvir ministros da Cultura e das Comunicações e presidentes da Fenaj e da ABI

A Comissão de Educação (CE) promoverá, em setembro, audiências públicas destinadas a debater o anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e o projeto de estabelecimento do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), este já em tramitação na Câmara dos Deputados.

Requerimentos nesse sentido, apresentados respectiva-



DEBATE Osamar Dias quer detalhar a Agência Nacional do Cinema e Audiovisual e Hélio Costa, o Conselho Federal de Jornalismo

mente pelos senadores Osamar Dias (PDT-PR) e Hélio Costa (PMDB-MG), foram aprovados nesta semana pela Comissão de

Educação.

Entre os convidados para a discussão sobre a Ancinav, estão os ministros da Cultura,

Gilberto Gil, e das Comunicações, Eunício Oliveira, além do cineasta Cacá Diegues, da atriz Fernanda Montenegro e de representantes de entidades como a Federação Nacional de Empresas Exibidoras Cinematográficas, o Congresso Brasileiro de Cinema, a União Nacional de Emissoras de Rádio e Televisão e a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura.

Para debater o CFJ, foram convidados o presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade; o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Maurício Azedo; e o secretário de Imprensa da Presidência da República, Ricardo Kotscho.

Senador elogia qualidade do cinema nacional

O cinema brasileiro atravessa uma fase extremamente favorável, com boas produções, técnica apurada e, portanto, apto para conquistar ainda mais a simpatia do público nacional e internacional. A avaliação é do senador Valmir Amaral (PMDB-DF), para quem, graças aos incentivos do governo à indústria cinematográfica ocorridos nos últimos anos, o setor obteve um excelente desempenho.

Como prova, Valmir Amaral informou que nos últimos três anos o Brasil exibiu nada menos do que 184 filmes em 249 festivais, com a assinatura de 120 contratos de venda de direitos de exibição, representando mais divisas e promovendo nossos artistas.

O senador destacou o filme *Diários de Motocicleta*, que, observou, conquistou o exterior. E salientou que, entre as 20 maiores bilheterias do país em 2003, oito foram de filmes brasileiros.



DESEMPENHO Valmir Amaral ressalta que incentivos do governo beneficiaram a indústria do setor

Agenda

Plenário

Os senadores realizam sessão hoje às 9h. De caráter não deliberativo, é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares e aos comunicados da Mesa dire-

tora, sem a votação de projetos. Devido ao período das eleições municipais, não haverá sessões deliberativas durante a próxima semana.

TV Senado homenageia Getúlio

No domingo, às 16h, a TV Senado exibe o documentário *Getúlio do Brasil*. O especial, que integra a série *Senado Documento*, recupera a trajetória do ex-presidente, desde o tempo de estudante até o seu suicídio. O vídeo conta com depoimentos de historiadores, analistas políticos, jornalistas e pessoas que conviveram com Getúlio Vargas.



Anistia, 25 Anos

O aniversário da promulgação da Lei da Anistia será lembrado no especial *Anistia - 25 Anos*, que a Rádio Senado exibe hoje, às 18h. O programa vai ser reapresentado no sábado, às 12h e às 19h.

Filme no Interlegis

A Comissão Especial do Ano da Mulher apresenta hoje, às 14h30, no auditório do Interlegis, o filme *Sonho de Rose, 10 Anos Depois*. Após a exibição, a diretora Tetê Moraes participa de debate.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Roosevelt Pinheiro



COBRANÇA Para Heráclito, decisão de "tecnocratas do governo" rompe entendimento com o Congresso

Governo descumpre acordo, acusa Heráclito

O descumprimento do acordo para isenção nas importações de aeronaves, na regulamentação da medida provisória conhecida como MP do PIS/Cofins, ameaçou o acerto dos líderes para a votação em Plenário. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) acusou os "tecnocratas do governo" de deixarem de fora do benefício as aeronaves de pequeno porte de propriedade particular e denunciou que isso significava rompimento de acordo firmado no Congresso Nacional. O decreto que regulamentou a MP restringiu o benefício para a aviação comercial de carga e passageiros.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), que relatou a primeira MP do PIS/Cofins, confirmou o acordo que foi fechado entre as lideranças para que pudesse ser votada a segunda MP que ampliou as isenções desses tributos e que teve Heráclito como relator. E o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), comprometeu-se a cumprir o acordo e propôs apenas aguardar posição da Receita Federal sobre o assunto.

Mercadante também informou que o pedido do presidente do Senado, José Sarney, de ampliar a isenção de papel importado para livros com fins culturais será atendido.

Plenário aprova auxílio para vítima de calamidade

■ Restrito a família com renda de até dois salários mínimos, benefício não pode exceder a R\$ 300

Acordo de lideranças permitiu que o Plenário do Senado aprovasse ontem medida provisória que institui auxílio emergencial financeiro para socorrer e assistir a famílias de baixa renda atingidas por calamidades públicas, como enchentes e seca. O projeto de lei de conversão, que resultou da MP 190/04, vai à sanção presidencial.

Pela proposta, só terão direito ao benefício famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos atingidas por intempéries no Distrito Federal e nos municípios em calamidade pública ou em situação de emergência, desde que reconhecidas pelo governo federal, mediante portaria assinada pelo ministro da Integração Nacional. O valor total do

Célio Azevedo



VANTAGEM Flávio Arns afirma que MP cria instrumento permanente para enfrentar calamidades

auxílio por família não poderá exceder a R\$ 300, que poderão ser repassados em uma ou mais parcelas, nunca inferiores a R\$ 60.

De acordo com a proposta, será criado no âmbito do Ministério da Integração Nacional um comitê gestor para disciplinar os procedimentos necessários ao cadastramento da população a ser atendida. Esse comitê deverá determinar quais os agentes financeiros que pagarão os benefícios. O fundo para o auxílio emergen-

cial financeiro receberá crédito extraordinário de R\$ 32 milhões (veja matéria abaixo).

Instrumento

O relator, senador Flávio Arns (PT-PR), enalteceu a criação do auxílio e disse que ele representa instrumento ágil nas mãos do governo, destinado a atender situações emergenciais de modo permanente, sem qualquer tipo de improvisação.

O mesmo pensamento manifestou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Segundo ele, a proposta é "humana e solidária", mas, a exemplo do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), condenou a criação do comitê gestor em nível federal. A seu ver, para desburocratizar o processo, a execução do programa deveria caber aos órgãos municipais.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) chegou a apresentar emenda ao projeto de conversão concedendo poderes aos Conselhos de Assistência Social dos municípios para coordenar o auxílio. A proposta foi rejeitada pelo Plenário.

Primeiros beneficiários são de quatro estados

O Senado aprovou ontem outra medida provisória: a que libera R\$ 32 milhões em créditos extraordinários para o Ministério da Integração Nacional. Os recursos, já liberados pelo governo, destinam-se a viabilizar o atendimento a vítimas de estiagem ocorrida recentemente em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. A matéria será promulgada pelo Congresso Nacional.

AMP (189/04) concede auxílio emergencial financeiro instituído por medida provisória (veja matéria acima) para assistência a famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres

em municípios ou estados em situação de calamidade pública ou emergência.

Os recursos para o crédito extraordinário vieram do cancelamento da reserva de contingência, ou seja, de fatia do orçamento computada para obtenção do superávit primário do país. O uso desses recursos, no entanto, não implicará prejuízo à obtenção do resultado do superávit primário fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2004, uma vez que o governo poderá promover devidas compensações em outras despesas, conforme justificativa do Executivo.

O dinheiro foi liberado pelo programa Resposta aos De-

sastres, e o benefício não pode exceder R\$ 300 por família. As condições de concessão desse auxílio são condicionadas ao cumprimento das exigências do Comitê Gestor Interministerial. A urgência e relevância da matéria são justificadas pelo Ministério da Integração Nacional devido à falta de condições de sobrevivência da população atingida. O ministério apontou os seguintes problemas enfrentados pelas vítimas: frustração de safras, carência de alimentos, esgotamento de reservas hídricas, precariedade de habitações e dizimação de rebanhos. Duas emendas foram rejeitadas pelo relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR).



Jane Araújo

PREVISÕES Sarney vê caminho livre para Lei de Informática, reforma do Judiciário e biossegurança

Sarney faz balanço do esforço concentrado

Ao avaliar os resultados do esforço concentrado, o presidente do Senado, José Sarney, disse que, apesar da intensidade do debate político, foi possível limpar a pauta. Agora, acrescentou, é possível votar nas próximas sessões, marcadas para setembro, matérias como a Lei de Informática.

– Foi uma semana de debate político acalorado. Esta é uma Casa política, o Parlamento funciona assim. Mas votamos duas medidas provisórias, abrimos a pauta, e agora podemos caminhar nas outras matérias, a partir do dia 14 de setembro – afirmou.

Segundo Sarney, em setembro devem ser votados, além da Lei de Informática, a reforma do Judiciário e, "se chegarmos a um acordo", o projeto da Lei da Biossegurança.

Também o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apontou avanços na análise de projetos importantes durante o esforço concentrado no período pré-eleitoral. Ele observou que foi feito acordo para exame da Lei de Informática e se retomaram negociações a fim de votar o projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs).

Além disso, Mercadante previu a votação da reforma do Judiciário pelo Plenário até setembro, por se tratar de matéria supra-partidária. A Lei da Biossegurança, conforme o líder do governo, deve ser apreciada em duas comissões da Casa, podendo ser levada a Plenário. A matéria já foi examinada pela Comissão de Educação (CE), mas o líder do governo disse que o texto ainda não satisfaz ao conjunto da Casa. Segundo informou, houve acordo para que o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) seja o relator do projeto nessas duas comissões.

Senadores debatem aumento de vencimentos dos militares

A necessidade de uma decisão rápida sobre a proposta de aumento dos soldos dos militares foi defendida, na sessão plenária de ontem, pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele disse estar sustentando o princípio da equidade, "porque os militares ganham muito mal e não se

pode prejudicar uma classe que tão bem serve ao Brasil e atende aos interesses do povo".

Compensação

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a situação dos vencimentos dos militares "há muito tempo está a exigir compensação muito maior do que os 10%

oferecidos". O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), propôs a realização de sessão em que o Congresso deliberasse sobre os novos soldos dos militares.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu um reajuste melhor dos soldos dos integrantes das Forças Armadas e destacou

que os vencimentos dos oficiais estão defasados desde 1995. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) criticou o fato de "apenas um líder", o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), estar obstruindo os trabalhos da Câmara e impedindo a votação do aumento da remuneração dos militares.



IRREGULARIDADE José Jorge informa que entrará com representação no TCU

José Jorge quer anulação de contratos da Cobra

Em discurso no Plenário, o senador José Jorge (PFL-PE) informou ontem que ingressará no Tribunal de Contas da União (TCU) com duas representações visando a anulação de dois contratos da empresa Cobra Tecnologia S.A. José Jorge considera que contratos firmados entre a empresa e a Dataprev e com o Banco do Nordeste apresentam irregularidades graves.

– Tenho certeza de que o TCU dará prosseguimento a essa denúncia, já que nesta Casa a oposição é impedida de qualquer tipo de investigação que possa atingir as vestais do Palácio do Planalto – afirmou.

O senador declarou que a Cobra foi criada em 1974 para criar programas e computadores usando tecnologia nacional. Em 1977 teve 13% de seu capital adquirido pelo Banco do Brasil. Cresceu alavancada pela reserva de mercado e entrou em crise a partir de 1990, com a abertura do mercado de informática. Mas desde 2003, com a ascensão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a empresa renasceu.

Em situação semelhante à da Cobra, ressaltou José Jorge, está a Novadata, sediada em Brasília e que até 2002 estava em situação pré-falimentar. Em 2002 a empresa faturou R\$ 170 milhões e em 2003 alcançou R\$ 250 milhões de faturamento.

Lei de Informática será votada em setembro

Mercadante afirma que deverá ser aprovado texto básico que veio da Câmara dos Deputados

O projeto que modifica a Lei de Informática (PLC 32/04) deverá ser votado somente no esforço concentrado que o Senado fará após o feriado de 7 de setembro. A decisão foi tomada ontem em reunião no gabinete do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). De acordo com Mercadante, deverá ser votado pelo Plenário da Casa o texto básico aprovado pela Câmara dos Deputados, já que a Constituição não permitiria modificações. Na sessão de ontem, foram votadas duas medidas provisórias que estavam obstruindo as demais votações.

Mercadante explicou que quando da aprovação da emenda constitucional da reforma tributária, no ano passado,



MUDANÇA Mercadante: diferença entre monitores de vídeo e de computadores vai acabar

ficou acertada a prorrogação do prazo de vigência da Zona Franca de Manaus e a prorrogação até 2019 da Lei de Informática nas condições em que estava em vigência na época.

– Portanto, o Senado e a Câmara têm que aprovar tal como a lei está hoje. Esse é o entendimento dos deputados e dos senadores.

Para resolver os pontos conflitivos, como a questão dos incentivos fiscais para a pro-

dução de monitores de vídeo e de computadores e a dívida das empresas que não investiram em tecnologia apesar de terem recebido benefícios tributários, será criada uma subcomissão, dirigida por Hélio Costa (PMDB-MG) e da qual participarão Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Mercadante disse que a questão da convergência tecnológica está demonstrando que a diferença entre monitores de vídeo e de computadores irá acabar ao longo do tempo. A convergência tecnológica, continuou ele, interfere na forma como está distribuída a produção desses equipamentos, tendo a Zona Franca a concentração da produção de monitores de televisão e os demais estados a produção de monitores de computadores.

Participaram da reunião Jefferson Péres (PDT-AM), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC).

Chance para empresa investir em tecnologia

O débito das empresas que receberam incentivos fiscais pela Lei de Informática, mas não investiram em tecnologia, é um dos temas que será estudado pelo grupo de trabalho definido ontem na liderança do governo. A questão da convergência tecnológica é outro tema polêmico que também fará parte dos estudos.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse ter ficado acordado entre os senadores de todos os partidos que as empresas que receberam incentivos fiscais, mas não investiram em pesquisa e desenvolvimento, terão um prazo para fazê-lo.

– Investimento em pesquisa e desenvolvimento é a contrapartida dos incentivos fiscais.

Gera emprego qualificado, gera tecnologia. O Brasil é uma plataforma importante da produção desses equipamentos. Essas empresas estão tendo uma rentabilidade muito boa, especialmente neste ano, e por isso tudo vamos dar um prazo para que invistam, não penalizando evidentemente os seus orçamentos, mas cumprindo o compromisso acertado.

Segundo o senador Hélio Costa (PMDB-MG), as empresas deixaram de investir R\$ 35 milhões. Mas, análise mais apurada do débito total, acrescentou, pode representar cerca de R\$ 100 milhões a menos para os cofres públicos. Para ele, é necessário considerar nessa análise o quanto as empresas

ganharam por terem deixado de investir o percentual definido na legislação.

Hélio Costa observou que, para resolver a questão, a solução será acatar o relatório da Comissão de Educação (CE), que retirou do texto do projeto da Lei de Informática o artigo que permitiria o perdão da dívida, dispositivo introduzido pela Câmara dos Deputados.

O senador, que vai coordenar a subcomissão encarregada de buscar soluções para os pontos polêmicos da Lei de Informática, disse que o projeto deverá ser votado com duas ou três modificações em relação ao texto encaminhado pela Câmara, mas sem prejudicar o que determina a Constituição.



URGÊNCIA Tião Viana adverte que governo poderá ser forçado a editar medida provisória

Tião Viana pede agilidade na decisão sobre biossegurança

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu ontem agilidade ao Senado na votação da Lei de Biossegurança. Viana afirmou que há muita pressão para votação dessa lei e que se o Congresso demorar a avaliar a matéria obrigará o governo a editar uma medida provisória (MP) sobre o assunto.

Viana contou que agricultores do Rio Grande do Sul aguardam uma decisão do Congresso para poder ou não fazer plantações de produtos transgênicos, e a comunidade científica está clamando por regulamentação das pesquisas usando células-tronco.

– Se há tantas críticas contra as MPs, vamos forçar o governo a editar uma? – questionou.

Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu ao governo que evite editar medidas provisórias, que trancam a pauta do Senado e atrapalham a atuação do Congresso. Tuma lembrou que a pauta continuará trancada pelo projeto da Câmara que trata da Lei de Informática e tramita em regime de urgência.

O senador Flávio Arns (PT-PR) observou que o projeto sobre biossegurança sofreu várias mudanças no Senado em relação ao texto vindo da Câmara. Ele considera “uma temeridade” aprovar esse projeto em regime de urgência, sem as devidas discussões.

Paim destaca resultados de seminário sobre células-tronco

O senador Paulo Paim (PT-RS) comunicou ao Plenário sua participação no seminário Células-Tronco – Raízes de Problemas ou Ramos de Soluções, realizado em Canoas, no Rio Grande do Sul, pela Universidade Luterana do Brasil, no dia 17 deste mês. Com a participação

de 420 pessoas, o evento teve por objetivo contribuir para o debate em torno do projeto do governo relativo à biossegurança, informou o senador.

– Os conferencistas apontaram benefícios que as células-tronco irão proporcionar se for aprovado o projeto – contou.

Foi discutida também a importância da ética nas pesquisas com células-tronco embrionárias e maduras.

Estatuto do Idoso

Paim recebeu correspondência da Escola Municipal Guerino Cavalli, de Espumoso (RS), informando que os alunos da

pré-escola à 8ª série realizaram trabalho baseado no Estatuto do Idoso. Entre os 35 alunos que escreveram cartas a respeito do idoso, Paim destacou uma, em que a criança afirma que queria ter os óculos da vovó para enxergar, como ela, um mundo melhor.



AVANÇO Paim destaca que conferencistas apontaram benefícios de células-tronco

Demostenes critica criação de conselho para jornalistas

A anunciada reforma sindical e a criação do Conselho Federal de Jornalismo mostram claramente, na visão do senador Demostenes Torres (PFL-GO), que o governo Luiz Inácio Lula da Silva não pretende desmontar a chamada "herança Vargas", conforme apregoam algumas vozes do PT. Para ele, as últimas medidas anunciadas pelo Palácio do Planalto demonstram que o Executivo passou a descobrir "virtudes no ex-ditador, como o controle da imprensa, das artes e da propaganda".

– A exemplo do presidente Lula, e apesar da formação acadêmica, Getúlio Vargas não era um homem culto nem refinado, mas estava longe de se expor como um patusco (brincalhão, ridículo, conforme o *Dicionário Aurélio*). Infelizmente, nesta imitação de estadismo, Lula busca Vargas não nas qualidades do brasileiro mais reverenciado de todos os tempos, mas nos instrumentos que fizeram a ignomínia quando Getúlio



Célio Azevedo

TENDÊNCIA Segundo Demostenes Torres, governo não quer desmontar instrumentos da "herança Vargas"

dispôs de poder absoluto – observou o senador.

Segundo Demostenes Torres, Vargas preparou o país para o capitalismo centrado em um conceito de modernização sem qualquer ideologia e sob os auspícios da iniciativa estatal, tendo em vista a sedimentação de um poder unitário e totalizante. Já Lula, salientou, "quer honrarias e prerrogativas ditatoriais" para promover o chamado desenvolvimento econômico sustentável.

O senador classificou de um ato de "impostura e demagogia" o anunciado perdão da dívida de países mais pobres do que o Brasil, como o Gabão, num instante em que, a seu ver, o governo não tem competência para resolver o problema social interno.

cultural do país.

Segundo Alvaro Dias, a vocação autoritária do PT se torna cada dia mais visível e contundente e cabe ao Senado cavar uma trincheira democrática para defender o país dessas atitudes e decisões do presidente e do governo que pretendem roubar, do Brasil, as conquistas constitucionais que tanta luta custou aos brasileiros.

Ele lembrou que o controle da imprensa e da produção cultural sempre são objetivos de governos ditatoriais, como aconteceu na Alemanha nazista e na ex-União Soviética.

– Mas o governo Lula vai além, com propostas de amordaçar os procuradores da República, impedir que os funcionários públicos falem com jornalistas e conceder, à Polícia Federal e à Abin, acesso aos sigilos bancário e fiscal das pessoas sem necessidade de autorização judicial – disse.

O senador protestou ainda contra a atitude do PT de impedir a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as causas da morte do ex-prefeito Celso Daniel, de Santo André (SP). Em aparte, recebeu apoio do senador Mão Santa (PMDB-PI).



Célio Azevedo

CONTROLE Para Alvaro, governo deseja manipular imprensa e amordaçar os procuradores

Alvaro aponta "escalada autoritária" do presidente

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a "escalada autoritária" do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo o senador, está tentando amordaçar setores da sociedade para edificar um projeto de longa duração de poder político.

Entre as medidas que ameaçam a democracia no país, ele citou o projeto do Conselho Federal de Jornalismo, para "manipular a imprensa e calar os jornalistas", e o da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual, para "dirigir" a produção

Suplicy pede o apoio da oposição às PPPs

■ Senador considera superados os entraves que impediam um acordo em torno da proposta do governo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou a oposição a votar o projeto que disciplina o funcionamento e os contratos das parcerias público-privadas (PPPs). Ele considerou superados vários entraves que estariam impedindo um acordo de lideranças sobre a proposta.

Suplicy elogiou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Eros Grau, que negou provimento a interpelação judicial do PT contra Tas-



Moreira Mariz

IMPENHO Suplicy também destacou ações no sentido de evitar ataques a moradores de rua em São Paulo

so Jereissati (PSDB-CE), pela afirmação de que a proposta, como está, poderia favorecer manobras do tesoureiro do partido, Delúbio Soares.

O parlamentar classificou as explicações de Tasso, de que

Parcerias vão acelerar obras de infra-estrutura, afirma Ideli

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que o projeto das parcerias público-privadas (PPPs) vai permitir ao país acelerar seus planos de infra-estrutura, para que o crescimento da economia seja sustentado, e não apenas "um vôo de galinha". Ela ponderou que o governo federal não dispõe de recursos suficientes para recuperar e construir estradas, hidrelétricas, ferrovias e portos e que, por isso, há necessidade da presença do capital privado nessas obras.

Ideli declarou ainda que o Brasil precisa do projeto das

PPPs porque a taxa de investimentos públicos caiu de 3,7% do produto interno bruto (PIB) nos anos 70 e 80 para apenas 2,7% entre 1990 e 1999. O investimento do setor privado na década passada ficou em 17,7% do PIB, acrescentou.

– O atual governo pretende, para se adaptar a esse novo ciclo de crescimento da economia brasileira, recuperar o investimento público em estatais, conter o custeio e aperfeiçoar critérios de superávit primário.

Ideli refutou as críticas segundo as quais os projetos de

não pretendia ofender Delúbio, como um "pronunciamento construtivo", que facilita os entendimentos.

Moradores de rua

Suplicy também mencionou ações que estão sendo desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública de São Paulo com o objetivo de evitar mais ataques aos moradores de rua da capital. Ele destacou, ainda, a importância dos programas que vêm sendo implementados pela prefeitura com vistas a reduzir o número de moradores de rua. E salientou a atitude do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de colocar a Polícia Federal para colaborar com os órgãos de segurança pública paulistas.



Célio Azevedo

LICITAÇÃO Ideli Salvatti afirma que só serão selecionados projetos incluídos no Plano Plurianual

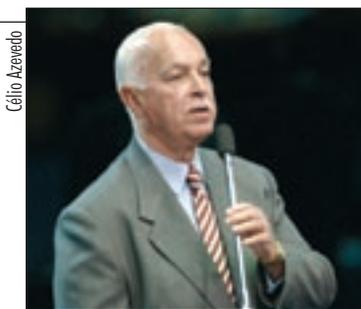
parcerias público-privadas serão escolhidos sem passar por processos de licitação. Além da licitação, assegurou a líder petista, só poderão ser selecionados projetos que estejam listados no Plano Plurianual de Investimentos, aprovado pelo Congresso Nacional.

ACM aplaude decisão do STF favorável a Tasso Jereissati

A decisão do Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal (STF), de negar provimento ao processo que o PT apresentou contra o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) por críticas feitas ao tesoureiro do partido, Delúbio Soares, recebeu aplausos do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "O PT errou ao fazer a interpelação", disse o senador, em discurso no Plenário.

Antonio Carlos fez questão de ler trechos do voto do ministro, em que ele afirma ser inviolável a palavra de um parlamentar, manifestada tanto na tribuna quanto no recinto do Congresso.

Também o líder do PSDB, Arthur



Célio Azevedo

IMUNIDADE Antonio Carlos diz que ministro reafirmou a inviolabilidade de opinião dos parlamentares

Virgílio (AM), manifestou alívio com a decisão do ministro Eros Grau de "repor uma verdade constitucional", pois parecia estar em perigo a imunidade parlamentar em relação a opinião, palavra e voto no livre exercício do mandato.

– A parte mais radical do PT não quis recuar, mas as vozes mais lúcidas do partido já haviam reconhecido que, no caso de palavra de

parlamentar, não cabia processo de ofensa. Talvez a idéia fosse tirar da ribalta as acusações feitas ao tesoureiro, através da decisão contrária a um processo natimorto – observou.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou a competência e elevado preparo intelectual do ministro Eros Grau, ao demonstrar, mais uma vez, a relevância da independência entre os três Poderes.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Edison Lobão (PFL-MA) e Ramez Tebet (PMDB-MS) também ressaltaram a qualificação jurídica e a competência de Eros Grau.

De Fortaleza, Tasso Jereissati apontou "uma tentativa de se fazer um rolo compressor para se aprovar um projeto que é bom, mas que do jeito que está é perigosíssimo para o país".

Márcia Kalume



Sarney é convidado para posse da nova diretoria da ANJ

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o diretor-presidente do Grupo RBS, Nelson Sirotsky, que veio convidá-lo para sua posse na presidência da Associação Nacional

de Jornais (ANJ), marcada para o dia 14 de setembro, em São Paulo, em sessão solene na qual também será comemorado o 25º aniversário da entidade. O evento faz parte da agenda

do 5º Congresso Brasileiro de Jornais. O futuro presidente da ANJ estava acompanhado pelo diretor-geral da RBS em Brasília, Paulo Tonet Camargo, e pelo jornalista Fernando Martins.

Paim presta homenagem a Daiane

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a ginasta Daiane dos Santos por seu espírito olímpico e maturidade, após a apresentação em que disputou a final nos exercícios de solo da ginástica artística e acabou em quinto lugar. "Sem lágrimas, sem lamentos, Daiane reconheceu os erros que cometeu na seqüência e deu mais uma prova de sua grandeza de atleta que sabe competir: ou seja, sabe ganhar e sabe perder." Antes da prova, no último dia 20, Paulo Paim disse ter encaminhado uma carta aos pais da atleta elogiando-os pela filha que, independentemente do resultado de Atenas, é a grande medalha de ouro do Brasil. O espírito olímpico foi resumido por ele como "integridade, superação, igualdade, humildade, integração e espiritualidade". O senador elogiou ainda o exercício criado pela atleta que elevou o sobrenome "Dos Santos"; o duplo *twist* esticado, que agora faz parte do código de notas da ginástica, no qual ocupa o valor mais alto.

– Temos vários exemplos de pessoas movidas pelo espírito olímpico, muito embora a sociedade, em muitos momentos, bane de sua convivência os princípios desse espírito superior. Quando ouvimos o desabafo de pessoas que conviveram com Daiane, dizendo que ela não podia escovar os dentes no mesmo local de outras atletas, por ser negra, podemos ter a real dimensão do grande e sério problema que é a opressão racial, o racismo. Paim repetiu frase dita por Daiane após deixar o tablado: "Vencedor é aquele que, quando perde, luta para um dia ganhar de novo".



CITAÇÃO "Vencedor é aquele que, quando perde, luta para um dia ganhar de novo"

Tuma repudia agressões a moradores de rua em SP

■ "Jamais poderia imaginar que tal sanha homicida viria a se manifestar na minha cidade"

"Como paulista, venho a essa tribuna envergonhado, por ver registradas mais de 16 agressões a pauladas a moradores da rua, sendo que alguns deles vieram a falecer, o que nos traz profunda amargura como pessoa humana e como cristão que somos." Com essa frase, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) iniciou ontem discurso em que repudiou o assassinato de desabrigados em São Paulo. Tuma defendeu a definição de crime hediondo para o assassinato dos mendigos e disse que chegou a hora de o Congresso reagir e exigir das autoridades o rigoroso cumprimento da lei.

O senador lembrou que, há 42 anos, "alguns monstros resolveram fazer uma odiosa limpeza étnica, despejando no Rio



RESPOSTA Tuma sugere que assassinato de mendigos seja definido como crime hediondo

Guandu os corpos de mendigos seqüestrados no antigo estado da Guanabara e mortos não se sabe em razão do quê".

– É uma coisa profundamente amarga. Em vez de terem a sensibilidade de recolhê-los e assisti-los, preferiram a eliminação. Jamais poderíamos imaginar que tal sanha homicida viria a se manifestar na minha cidade, com um ímpeto de violência que incrementa o sentimento de repúdio.

Tuma registrou que, entre as

madrugadas dos últimos dias 19 e 22, houve 15 ataques a marretadas na cabeça contra moradores de rua, seis dos quais morreram com o crânio esfacelado. O senador pediu uma investigação rápida e profunda para que se defina a autoria dos crimes e se evite "a repetição dessa estupidez".

Segundo Tuma, pistas não faltam e as mais consistentes apontam para os mesmos grupos de intolerância já identificados em casos de agressão contra homossexuais, trabalhadores e moradores de rua. A polícia de São Paulo tem todas as condições para desvendar a atual série de atentados, disse.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou a falta de políticas públicas e sociais para atendimento aos mais necessitados.

Ao retomar a palavra, emocionado, Tuma afirmou que trabalhou 50 anos na polícia e conhece o sofrimento dos moradores de rua.

Mesquita quer facilitar o acesso de extrativista a arma

As famílias de extrativistas e de agricultores tradicionais da Amazônia estão alarmadas com a legislação que estabelece regras para o porte de armas no país, segundo o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). Apesar da chamada Lei do Desarmamento permitir o porte e o uso de arma em áreas rurais para a caça voltada à subsistência familiar, o preço cobrado para o seu registro e o seu porte impede, continuou o senador, que as famílias cumpram essas exigências legais.

– São R\$ 300 para o registro e R\$ 1.000 para o porte. Algumas dessas pessoas não recebem essa quantia em um ano de trabalho – ressaltou o senador, que informou ter ouvido as queixas de várias

famílias prejudicadas pela nova legislação. Ele protestou contra a discriminação que os extrativistas e agricultores tradicionais sofrem no país, enquanto os que têm dinheiro e estão inseridos na economia de mercado, pertencendo ao agronegócio brasileiro, conseguem "tratamento de tapete vermelho".

Mesquita fez um apelo para que os senadores corrijam essa "injustiça" legal e permitam que as famílias possam continuar caçando para se alimentar. Em aparte, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) informou que tentou, sem sucesso, durante a negociação do projeto da Lei do Desarmamento, apresentar emenda para evitar que essa distorção ocorresse. Augusto-

Célio Azevedo



DIFICULDADE Mesquita Júnior diz que custo do porte de armas é muito alto para agricultores

comprometeu-se a ajudar Mesquita Júnior nesse propósito.

Outra preocupação que Mesquita colheu da população do Acre refere-se à falta de políticas públicas federais que auxiliem a mecanização agrícola em áreas degradadas do estado. Isso não significa, segundo o senador, que seja um afastamento do modelo de desenvolvimento do estado, baseado na preservação e uso racional de sua riqueza.



Célio Azevedo

CONSEQUÊNCIAS Augusto Botelho teme efeitos sobre a saúde pública nos próximos anos

Augusto critica nível das escolas de Medicina

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) alertou ontem para o "violento" processo de degradação da educação médica no país e para os efeitos que isso provocará sobre a saúde do povo nas próximas décadas. Para o senador, nos últimos anos houve a criação desenfreada de cursos de Medicina, a grande maioria dos quais "não reúne as mínimas condições de funcionamento, servindo sua instalação exclusivamente à satisfação de escusos interesses políticos e empresariais".

Na avaliação de Augusto, a política para o ensino superior que vigorou até recentemente permitiu a abertura indiscriminada e sem qualquer critério de novos cursos superiores, inclusive na área de atenção à saúde. Segundo informou, entre 1996 e 2003, o governo federal autorizou a abertura de 37 cursos de Medicina no país. Hoje, há 121 escolas de Medicina em funcionamento que oferecem cerca de 10 mil vagas.

O senador citou pesquisa divulgada pelo Conselho Federal de Medicina apontando que o número de médicos no Brasil cresce numa velocidade quase duas vezes superior à do crescimento da população. Há um médico para cada 601 habitantes, a segunda maior relação do planeta.

Em apertes, apoiaram o discurso de Augusto os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Mão Santa (PMDB-PI).



REFERÊNCIA Aelton afirma que entidade tem 13 mil associados no Brasil e no exterior

Aelton faz homenagem a criadores de zebu no país

O senador Aelton Freitas (PL-MG) apresentou nesta semana requerimento para que o Senado envie congratulações pelo 70º aniversário da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), extensivo ao seu presidente, José Olavo Borges Mendes, que encerra o mandato de três anos neste mês. Presidindo a sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) associou-se às homenagens.

Aelton lembrou que a Associação Brasileira de Criadores de Zebu tem 13 mil associados, no país e no exterior, que atuam no desenvolvimento da agropecuária nacional e coordenam atividades técnicas, políticas e econômicas relacionadas ao gado zebu.

– Por minha história de vida ligada à causa agrícola, não poderia, tendo a oportunidade de fazê-lo nesta tribuna, deixar de manifestar o meu reconhecimento a esta associação. A ABCZ é referência internacional em sua área de atuação e foi sistematicamente, ao longo de sua história, uma mola propulsora da agropecuária brasileira, investindo em inovações científicas e tecnológicas que culminaram com o crescente aumento da qualidade das criações nacionais – assinalou.

Osmar Dias pede auxílio para produtores de trigo

■ Senador mostra reivindicações da classe feitas ao Congresso Nacional e ao governo federal

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu ontem que o governo federal e o Congresso Nacional analisem com rapidez uma série de sugestões apresentadas pelos produtores brasileiros de trigo, que vêm enfrentando dificuldades devido à queda nos preços do produto. O senador afirmou que o governo não pode abandonar os produtores de trigo na hora da dificuldade. Osmar lembrou que a safra deste ano é recorde, 6,2 milhões de toneladas, e que a produção interna já atende a 60% das necessidades do país.

O senador afirmou que o trigo teve produção recorde no Brasil e no mundo neste ano, o



PROPOSTAS Osmar Dias destaca que linha de crédito e leilões poderão ajudar os agricultores

que fez os preços despencarem. Os produtores brasileiros estão sendo obrigados a vender por R\$ 420 a tonelada do produto, quando o custo de produção é de R\$ 450. Para tentar melhorar a situação, apresentaram um documento ao governo com uma série de propostas emergenciais.

Os produtores pretendem que sejam disponibilizados

contratos de venda de trigo para o governo; realizados leilões para viabilizar o escoamento da produção; criada uma linha de crédito para comercialização do produto, além de disponibilização de incentivos para a troca de produto da safra de 2003 pela de 2004.

As propostas emergenciais dos produtores para o Congresso são a inclusão de recursos para que o Ministério da Agricultura possa auxiliar na comercialização da safra no Orçamento da União para 2005; inclusão do trigo entre os produtos da cesta básica atendidos com isenção de impostos; unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do trigo em 7%; veto de entrada de farinha importada que esteja fora dos padrões do Ministério da Agricultura e fiscalização de adição de produtos na pré-mistura de trigo importado.

Papaléo destaca 31 anos de trabalho da Embrapa

Ao elogiar o trabalho desenvolvido há 31 anos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que ela assegura mais agilidade às ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias. Para isso, explicou, a Embrapa se estruturou em 37 centros de pesquisa, três serviços e 11 unidades centrais.

A empresa, ressaltou o senador, extrapolou o território brasileiro e mantém, na área de cooperação internacional, 275

acordos de cooperação técnica com 56 países e 155 instituições de pesquisa internacionais. Para facilitar essas ações, a Embrapa instalou, com apoio do Banco Mundial, laboratórios para o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia de ponta, contando com as bases físicas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Washington, e da Agrópolis, na Universidade de Montpellier, na França.

Papaléo classificou o corpo de funcionários da Embrapa como “altamente qualificado”. O senador acrescentou que, no total, são 2.200 pesquisadores



COMPETÊNCIA Segundo Papaléo, 2.200 pesquisadores da empresa são “altamente qualificados”

das mais diversas áreas, dos quais 39% têm cursos de mestrado, 51% de doutorado e 7% de pós-doutorado.

Segundo Papaléo Paes, a empresa tem ainda outros 6.300 funcionários, sendo 1.700 com nível superior completo e 1.900 com 2º grau completo.



ESTRATÉGIA Raupp: agronegócio pode suprir deficiências em caso de crise social e econômica

Raupp diz que pesquisa no campo é fundamental

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a pesquisa agropecuária e florestal, objetivos maiores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tem papel básico no desenvolvimento nacional, porque cria alternativas tecnológicas viáveis, estimula o desenvolvimento e concilia produção com preservação ambiental. Tudo isso são recursos estratégicos para o controle de uma eventual crise social e econômica, acrescentou o senador, que fez um balanço da agricultura brasileira e do potencial produtivo da Amazônia, citando artigo do subeditor de economia do *Correio Brasileiro*, Carlos Alberto Júnior, intitulado “O agronegócio vai nos salvar?”

Segundo o artigo, o setor emprega 18 milhões de pessoas, 38% da força de trabalho brasileira, e responde por 42% das exportações, em um total aproximado de R\$ 90 bilhões.

Valdir Raupp considerou insuficiente a liberação de R\$ 39,45 bilhões para o plantio da nova safra.

– A despeito do crescimento de 45,3% na totalidade dos recursos, os produtores reclamam que os custos aumentaram em proporção maior – disse.

Cartilha sobre as leis que protegem a mulher será lançada no Ceará

A publicação *A Mulher e as Leis (Perguntas e Respostas para o Brasil do Século XXI)*, elaborada sob a orientação da Comissão do Ano da Mulher do Senado Federal, será lançada amanhã, às 16h, no estande do Senado na 6ª Bienal Internacional do Livro do Ceará. A cartilha, que será distribuída gratuitamente, reúne informações sobre direitos específicos da mulher, como licença-ma-

ternidade, planejamento familiar, direito à integridade física e emocional, entre outros. A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e a primeira-dama do estado, Beatriz Alcântara, participarão do evento.

As informações da cartilha foram divididas em quatro grandes temas: trabalho, família, integridade física e emocional e cidadania. No capítulo que trata do trabalho, são abordados

assuntos como igualdade no pagamento e aposentadoria, além de licença-maternidade. No tema família, são abordados o casamento, a guarda dos filhos, os direitos reprodutivos e os exames gratuitos de DNA.

O capítulo destinado à integridade física e emocional foi dividido em três segmentos: violência sexual, violência física e violência psicológica ou emocional. O tema cida-

dania abrange direitos constitucionais e políticos. Na atual legislatura do Congresso, 53 parlamentares são do sexo feminino, sendo nove senadoras e 44 deputadas federais.

A cartilha explica a Lei 10.886, sancionada neste ano, que tipifica a violência doméstica no Código Penal Brasileiro.

A Comissão do Ano da Mulher/2004 do Senado, presidida pela senadora Serys

Slhessarenko (PT-MT), reúne as senadoras Roseana Sarney (PFL-MA), Fátima Cleide (PT-RO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) e os senadores Aelton Freitas (PL-MG), Papaléo Paes (PMDB-AP), Augusto Botelho (PDT-AP) e Ney Suassuna (PMDB-PB). Um endereço na Internet reúne informações sobre as atividades da comissão: <http://www2.senado.gov.br/anodamulher/default.asp>.

Protecionismo argentino será discutido em audiência na CRE

■ Representantes do Itamaraty e de entidades empresariais devem analisar reflexos no Brasil

As recentes medidas protecionistas adotadas pela Argentina contra produtos brasileiros serão debatidas em audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em datas ainda a serem marcadas. A decisão foi tomada ontem pela comissão, que aprovou requerimento nesse sentido apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Segundo o senador, as restrições apresentadas aos produtos brasileiros têm-se intensificado nos últimos meses, por meio de medidas como cotas



PREJUÍZO Jefferson Péres observa que restrições afetam a indústria de Manaus

de importação e elevação de alíquotas, além de ameaças de extensão das restrições a novos produtos, como os da indústria automobilística. Ele recordou ainda que as limitações têm afetado as exportações de televisores produzidos na Zona Franca de Manaus.

–Compreendemos que o parque industrial argentino é em

grande parte obsoleto, mas esse quadro é preocupante para nós, que temos todo interesse na integração continental. Gostaríamos de ouvir do Itamaraty e das associações patronais os bastidores dessas conversas, para saber se as alegações argentinas são procedentes ou exageradas e se a cautela e a paciência do Brasil são adequadas

– disse Jefferson.

O requerimento recebeu o apoio do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que recordou a realização, ainda neste ano, na cidade de Ouro Preto (MG), de cerimônia em homenagem aos dez anos da assinatura do tratado que deu origem ao Mercosul.

Serão convidados a participar

do debate o subsecretário-geral de Assuntos da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães; o diretor do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Maurice Costin; o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos, Paulo Saab; o presidente eleito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf; e a professora Julie Schmied-Zapata, da Universidade de Brasília.

O presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), sugeriu que também fosse ouvido o embaixador argentino, Juan Pablo Lohlé. Jefferson Péres concordou, mas pediu que o diplomata comparecesse à CRE em momento separado ao dos demais convidados.

Rádio Senado relembra os 25 anos da Lei da Anistia

A Rádio Senado apresenta hoje o programa *Anistia – 25 Anos*. Em formato de radiodramaturgia, o programa conta a história de todo o processo que culminou com a promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, pelo então presidente João Figueiredo. A lei possibilitou a devolução dos direitos políticos a inúmeros militantes de oposição e o retorno ao Brasil dos exilados políticos.

A história é ambientada em uma redação de rádio, em agosto de 2004. Três repórteres e uma estagiária trocam idéias sobre a situação dos perseguidos pelo regime militar, a partir de 1964, e sobre os movimentos pela anistia que começaram a surgir logo após o golpe. Cada um fala de entrevistas feitas com pessoas que tiveram que viver no exílio, como o senador João Capiberibe (PSB-AP), ou que lutaram pela anistia, como o deputado federal Sigmaringa Seixas (PT-DF), que foi advogado de presos políticos, e a advogada Therezinha Zerbini, líder do Movimento Feminino pela Anistia.

O programa comemora os 25 anos da lei que permitiu a volta de presos e exilados à vida política nacional e faz uma menção especial ao então senador Teotônio Vilela, que percorreu o país para fazer campanha pela anistia.

O especial *Anistia – 25 Anos* vai ao ar às 18h de hoje e será reapresentado amanhã em dois horários: 12h e 19h, pela Rádio Senado FM (91,7 MHz). Na Internet, o programa poderá ser acessado no endereço www.senado.gov.br/radio.

Cooperação amazônica também terá debate

Será chamada para participar de uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a equatoriana Rosalia Arteaga Serrano. A iniciativa, aprovada ontem pela comissão, foi do senador Marco Maciel (PFL-PE), que pretende colocar em debate o processo de implantação do novo organismo, que terá sede em Brasília.

–É importante que possamos conhecer seus planos e discutir formas de ampliar a cooperação do Brasil com os demais países da bacia amazônica – sustentou Maciel.

O convite foi considerado

oportuno pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Jefferson lamentou que o tratado de criação do organismo tenha permanecido “letra morta” por mais de 20 anos. Mestrinho lembrou a necessidade de maior aproximação com os países andinos, onde nascem os rios que compõem a bacia amazônica.

A comissão decidiu apresentar um apelo à presidente da Indonésia, Megawati Sukarno-Putri, no sentido de permitir que o brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, condenado à morte por tráfico de drogas, possa ter a pena indultada ou comutada por privação

de liberdade, para que possa cumpri-la no Brasil.

Foram aprovados ainda voto de louvor ao cônsul-geral dos Estados Unidos, Peter Kaestner, pelo seu empenho no relacionamento bilateral; voto de pesar pelo falecimento do presidente da Áustria, Thomas Klestil; e de manifestação de júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considerou ilegal a interrupção do mandato do embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (Opaq).

A comissão aprovou ainda parecer favorável ao projeto



CONVITE Maciel deseja conhecer planos da secretária da organização de cooperação amazônica

de decreto legislativo (PDL 888/04) que aprova o acordo do Brasil com a Ucrânia para a utilização do veículo de lançamento Cyclone 4 no Centro de Lançamento de Alcântara (MA) e ao projeto de lei da Câmara (PLC 57/04) que reorganiza o quadro especial de terceiros-sargentos do Exército.

Comissão consulta TSE sobre voto de brasileiro no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consulta sobre os possíveis riscos de quebra de sigilo, caso seja aprovada a ampliação, aos brasileiros residentes no exterior, do direito de voto. A decisão foi tomada

ontem após longo debate a respeito do Projeto de Lei 398/03, de autoria da senadora Ideli Salvatti – foto – (PT-SC), que permite o voto no exterior para senador, governador e vice-governador.

A realização da consulta foi decidida pela comissão depois que o senador Hélio Costa

(PMDB-MG) apresentou voto em separado solicitando que o direito valesse também para a escolha de deputados, vereadores e prefeitos. O relator da proposta, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), levantou dúvidas a respeito da manutenção do sigilo de votos de pessoas que residem em pequenas

comunidades fora do país.

A consulta foi sugerida pela autora da proposta. Ideli disse que não tinha restrição à ampliação do alcance da proposta, desde que fosse garantida sua viabilidade. Para garanti-la, na sua opinião, seria conveniente conhecer a opinião do TSE a respeito da proposta.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Geraldo Mesquita Júnior

